

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR

Estudo Técnico Preliminar 25/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00091.002733/2025-73

2. Descrição da necessidade

1. A contratação é necessária para dar continuidade às ações de manutenção e de modernização das edificações localizadas no Complexo Sede da ABIN, em Brasília/DF, dada a idade avançada de diversos componentes, que não possuem níveis de desempenho adequados.
2. A Coordenação de Engenharia e Obra (COENG) realiza, de forma paulatina, a instalação, a substituição e a manutenção de aparelhos de ar-condicionado em todo o Complexo da Sede por meio de contrato de manutenção predial, que não inclui o fornecimento dos aparelhos. Dessa forma, a contratação pretendida tem por finalidade suprir as demandas por novos aparelhos, que são mais eficientes energeticamente, além de utilizarem gases menos nocivos ao meio ambiente.
3. O Complexo Sede da ABIN, em Brasília/DF, necessita receber novos aparelhos de ar-condicionado para atender a duas demandas específicas, quais sejam:
 - a) Suprimento de novos ambientes de trabalho: Em virtude da reforma dos Blocos L-M, novos espaços estão sendo criados, exigindo a instalação de equipamentos de climatização adequados para garantir condições térmicas satisfatórias aos servidores, conforme previsto na Norma Regulamentadora NR-17 (Ergonomia), que estabelece parâmetros de conforto ambiental.
 - b) Substituição de aparelhos obsoletos: Diversos equipamentos em uso encontram-se em estado de deterioração, com baixa eficiência energética e alto custo de manutenção, sobretudo nos blocos G, J1 - ocupado recentemente -, e nos alojamentos da Escola de Inteligência, bloco K, conforme solicitação constante de processo administrativo interno.
4. De acordo com contratações anteriores desta Coordenação, entende-se que cada item poderá ser contratado junto a empresa específica, parceladamente, por meio de Ata Registro de Preços (ARP).
 - Entende-se ser conveniente a aquisição dos bens de forma paulatina, com entregas parceladas, à medida que haja disponibilidade orçamentária e financeira e/ou frentes para a execução dos serviços de instalação/substituição.
 - Dessa forma, conclui-se adequada a aplicação do previsto no inciso II, do art. 3º do Decreto nº 11.462 /2023:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Engenharia e Obras (COENG)	Flávio Silva Miranda

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. O objeto que se pretende contratar não está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022 (pesquisa realizada em 23/01/2026, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>).
2. As especificações serão as usualmente adotadas no órgão, em atenção ao princípio da padronização (art. 40, inciso V, alínea a da Lei nº 14.133/2021).
 1. Nesse sentido, cumpre registrar que as especificações pretendidas cumprem o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.818/2021.
 2. As marcas, caso indicadas de forma explícita, serão utilizadas apenas para melhor descrever o objeto a ser licitado e servir apenas como referência, nos termos da alínea d, inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.
 3. Não foram identificados processos que tratem de marcas ou de produtos que, nos termos do inciso III do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, comprovadamente não atendem às necessidades desta Administração.
3. Entende-se que os materiais pretendidos, isto é, itens com previsão de fornecimento sem instalação, não possuem natureza continuada.
4. Entende-se que, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, os itens que compõem o objeto pretendido (fornecimento de bens permanentes, sem instalação) representam atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão.
5. Entende-se que não serão necessários serviços de assistência técnica ou de treinamento.
6. Não foi identificada a necessidade de disponibilizar outros materiais específicos, acessórios ou de suporte à contratação principal, visto que a instalação será gerenciada pela própria COENG, por meio de contrato de manutenção predial.
7. Não foi identificada a necessidade de promover a transição contratual ou transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas ou mesmo de direitos de propriedade à Contratante.
8. No preço ofertado, além da compatibilidade com preços de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.
9. A Licitante/Contratada deverá contemplar, em sua proposta, todos os custos necessários à entrega dos insumos, inclusive custos de transporte dos materiais.
10. A Licitante/Contratada deverá considerar, em adição ao estipulado no Termo de Referência e em seus documentos anexos, as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que com o objeto guardem relação, sejam elas de execução, de desempenho, de especificação, de métodos de ensaio, de terminologia, de padronização ou de simbologia.
 1. Os casos não abordados, deverão ser definidos em conjunto com a fiscalização do contrato, tomando por base diretrizes de normas internacionais ou recomendações de fabricantes dos produtos especificados, mantendo o padrão de qualidade previsto para o objeto em questão.

2. Também serão fonte de orientação:

1. Os cadernos técnicos do SINAPI, conforme sumário de publicações e documentação disponível na internet (https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_533, acessado em 23/01/2026).
2. Os cadernos técnicos do ORSE, conforme sumário de publicações da CEHOP/SE (<https://orse.cephop.se.gov.br/especificacoes.asp>, acessado em 01/07/2025).
3. Normas técnicas específicas serão arroladas nas etapas posteriores do planejamento da contratação, no Termo de Referência, conforme admitido no § 3º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
4. Será exigida a apresentação de laudos técnicos, fichas técnicas, folders ou catálogos, comprovando o atendimento de todos os requisitos técnicos especificados e exigidos.

11. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

1. Tendo em vista tratar-se de mero fornecimento de materiais, com entrega imediata à Ordem de Fornecimento, entende-se não haver espaço para subcontratações, dado que ocasionariam a sub-rogação do objeto.

12. Os aparelhos de ar condicionado a serem fornecidos deverão contemplar os seguintes requisitos técnicos, necessários no atendimento às necessidades do órgão:

1. Tipo/Modelo: **Split Hi Wall** ou **Split Piso-Teto**.

1. A necessidade de aparelhos do tipo splits é devido à gradual substituição dos antigos aparelhos de janela, que possuem alto consumo de energia elétrica e baixa eficiência, além de produzirem mais ruídos durante seu funcionamento, visto que, nestes aparelhos, todas as suas unidades estão reunidas em apenas 1 (um) módulo. Já nos aparelhos split, a unidade que efetivamente refrigera o ar (condensadora) localiza-se do lado externo, i.e., fora do ambiente, contribuindo com a redução dos ruídos nos ambientes de trabalho.

2. Tecnologia **Inverter**: Equipamentos com dispositivo eletrônico que ajusta a velocidade do compressor de acordo com a temperatura do ambiente.

1. A necessidade de aparelhos do tipo inverter se dá pois esse tipo de aparelho possui dispositivo eletrônico que ajusta a velocidade do compressor em função da temperatura do ambiente. Assim, o compressor permanece em funcionamento (mesmo que em baixa velocidade), evitando partidas diversas ao longo do dia, que reduzem a vida útil do equipamento e aumentam o consumo de energia elétrica. Dessa forma, aparelhos inverter possuem maior eficiência energética e maior vida útil.

3. Gás Refrigerante: Equipamentos que utilizem gás refrigerante **R-410A** ou **R-32** ou similar.

1. O gás refrigerante do tipo **R-32** representa evolução tecnológica dos sistemas *inverter*, sendo adotado como o novo padrão global em substituição ao R-410A. Sua utilização justifica-se por sua:

1. **Superioridade ambiental e sustentabilidade** - O gás R-32 é considerado a evolução tecnológica dos fluidos refrigerantes para sistemas *split inverter*. Enquanto o R-410A era o padrão anterior, o R-32 apresenta um **Potencial de Aquecimento Global (GWP) significativamente menor**, reduzindo em cerca de 68% o impacto ambiental direto. Além disso, o R-32 possui potencial zero de degradação da camada de ozônio, atendendo integralmente às exigências do **Protocolo de Montreal** e da **Resolução CONAMA nº 267 /2000**.

2. **Eficiência energética e Desempenho técnico** - O uso do R-32 proporciona uma capacidade de troca térmica superior, o que se traduz em maior eficiência para o ciclo frigorífico. Equipamentos que operam com esse gás tendem a ser mais compactos e a exigir

uma carga de fluido menor para a mesma capacidade de refrigeração, resultando em: a) **maior economia de energia**, superando o rendimento médio dos aparelhos Classe A tradicionais; e b) **conforto térmico constante**, otimizando a tecnologia *Inverter* já exigida na licitação.

3. **Ampla competitividade e atualidade de mercado** - A análise das propostas e do mercado atual demonstra que os principais fabricantes nacionais e globais realizaram a transição definitiva para o R-32 em suas linhas de produtos de alta eficiência. Manter a restrição ao R-410A poderia: a) limitar a competitividade, resultando em um certame com poucas opções de marcas ou até deserto; e b) Adquirir tecnologia obsoleta, dificultando a manutenção futura e a reposição de insumos em equipamentos que estão sendo descontinuados pelos fabricantes.
4. **Eficiência energética:** Os equipamentos devem possuir **Selo Procel Classe A** ou **Etiqueta Nacional de Classificação Energética ENCE Classe A**.
 1. Somente será admitida a oferta de aparelho de ar-condicionado que possua Selo Procel Classe A ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE Classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 007, de 04 de janeiro de 2011, que aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar e trata da etiquetagem compulsória para esses produtos.
 2. A exigência de aparelhos com Selo Procel Classe A ou ENCE Classe A fundamenta-se na busca pela máxima eficiência operacional e na redução do custeio administrativo, conforme detalhado a seguir:
 1. **Redução de custos operacionais:** Equipamentos com classificação "A" possuem o melhor índice de desempenho (IDRS), o que resulta em um consumo de energia significativamente menor para a mesma capacidade de refrigeração. Considerando o uso contínuo em ambientes corporativos, a economia gerada na fatura de energia compensa o investimento inicial em curto prazo, atendendo ao princípio da vantajosidade econômica.
 2. **Alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS):** A Administração Pública tem o dever de priorizar a aquisição de bens que minimizem o impacto ambiental. A escolha por equipamentos Classe A reduz a demanda sobre a rede elétrica e está em total conformidade com o **Decreto nº 10.940/2022**, que estabelece critérios de sustentabilidade para a aquisição de bens.
 3. **Ampla disponibilidade de mercado:** A análise das tabelas do Selo Procel (como as versões *Nova* e *Ouro*) demonstra que há uma ampla gama de fabricantes com modelos que atendem a este requisito, garantindo a competitividade do certame sem restringir o mercado.
5. **Tensão de alimentação:** Equipamentos que funcionem em **220V, monofásico**.
 1. A tensão de alimentação 220V é o padrão da concessionária de energia elétrica do Distrito Federal.
 2. A exigência de ser monofásico é para facilitar a instalação, visto que nem sempre há a possibilidade de transformar circuitos monofásico em circuitos trifásicos.
6. **Serpentina:** Os equipamentos devem possuir serpentinas com tubulação **em cobre** e aletas de alumínio **com tratamento anticorrosivo** (tipo *Blue Fin*, *Golden Fin*, *Black Fin* ou superior), garantindo proteção contra oxidação e maior durabilidade em condições ambientais adversas. O revestimento deve assegurar a integridade do trocador de calor sem comprometer a eficiência da troca térmica do sistema.
 1. A **serpentina de cobre**, quando comparada à serpentina de alumínio, possui maior resistência e condutibilidade térmica, sendo, portanto, mais durável e eficiente. A exigência de serpentinas com

tratamento anticorrosivo (revestimentos tipo *Blue Fin*, *Golden Fin*, *Black Fin*, ou *superior*) justifica-se pela necessidade de garantir a integridade física e a eficiência operacional dos equipamentos de climatização ao longo de sua vida útil. Tais revestimentos proporcionam:

1. **Aumento da vida útil:** A camada protetora atua como uma barreira química que reduz drasticamente a oxidação e a corrosão galvânica nas aletas e tubos, prevenindo falhas prematuras causadas pela exposição à umidade e atmosferas urbanas ou salinas.
 2. **Eficiência energética e térmica:** O tratamento possui propriedades hidrofílicas que melhoram o escoamento do condensado e minimizam o acúmulo de contaminantes e partículas nas serpentinas. Isso evita a obstrução da passagem de ar e a diminuição das trocas térmicas, mantendo o sistema operando em sua máxima eficiência energética e reduzindo o consumo de eletricidade.
 3. **Redução de custos de manutenção:** Ao proteger o trocador de calor contra o desgaste precoce e a deposição de aerossóis, o requisito técnico reduz a necessidade de intervenções corretivas e substituições de componentes críticos, otimizando os recursos públicos destinados à manutenção.
 4. **Conformidade normativa:** A especificação está alinhada às normas técnicas de climatização e manutenção, como a **ABNT NBR 16401** e **NBR 15848**, que tratam da qualidade e durabilidade dos sistemas centrais e equipamentos.
2. Existe no mercado proteção por spray aplicado via aerosol ou pistola, geralmente contendo vernizes, polímeros ou metais (como zinco) para criar uma barreira física contra a corrosão com a finalidade de reforço ou reparo em campo como complemento da proteção original. A aplicação é feita manualmente o que pode não atingir as camadas internas. Esse tipo de proteção exige manutenção periódica dependendo da agressividade do ambiente. Tem-se que as proteções *Blue Fin*, *Golden Fin* e *Black Fin* consistem em um tratamento industrial hidrofílico que garante cobertura total das aletas sem perder eficiência térmica, enquanto a proteção por spray é uma aplicação manual superficial e hidrofóbica. A proteção exclusiva por spray não é aprovada pelos fabricantes porque não atinge o núcleo da serpentina, pode atuar como isolante térmico reduzindo o rendimento e, frequentemente, causa a perda da garantia original por alterar as características técnicas do equipamento. Dessa forma, não serão aceitos, na licitação, equipamentos com proteção anticorrosiva à base de spray.
7. Controle: Equipamentos que contenham **controle remoto sem fio**.
1. A necessidade de controle remoto sem fio é básica, pois é utilizado para o próprio acionamento e configuração do equipamento, além de proporcionar conforto aos usuários durante sua utilização.
8. Recursos/características adicionais: Os equipamentos devem possuir: Visor de indicação de temperatura na unidade interna (evaporadora); Reguladores de velocidade de ventilação; Função swing (oscilar); Display Digital; e Timer.
1. A indicação de temperatura na evaporadora é um requisito de conforto e acessibilidade, uma vez que permite aos usuários do equipamento observar a temperatura na qual ele está operando, sem necessidade de consultar o visor do controle remoto.
 2. Com relação à necessidade de que o equipamento possua controle da velocidade de ventilação e função swing (oscilar), é mais um requisito para o conforto dos usuários do equipamento, uma vez que permite o ajuste da velocidade de ventilação e a movimentação das aletas que distribuem o ar refrigerado no ambiente no qual ele está instalado.
9. **Garantias:**
1. **Geral:** Garantia mínima de **12 meses** para o equipamento.

1. A necessidade de garantia e do período requerido (total de 12 meses - 3 meses de garantia legal e 9 meses de garantia adicional) é prática usual de mercado, dando à Administração Pública segurança, com vistas a evitar a aquisição de aparelhos sem qualidade comprovada, ocasionando custos adicionais de substituição precoce de aparelhos.
2. **Compressor:** Garantia estendida de **10 anos** para o compressor.
 1. O compressor, peça fundamental do equipamento, deverá possuir garantia estendida de, no mínimo, **10 (dez) anos**, contada a partir da data de recebimento definitivo de cada máquina, sem custo adicional para a Administração.
10. **Marcas de referência** - foi realizada pesquisa nos sites das fabricantes para buscar marcas que sirvam apenas como parâmetro de qualidade e de atendimento aos requisitos essenciais do produto a serem exigidos do fornecedor: serão indicadas LG, Philco, Carrier, Elgin, Springer Midea, Gree, Hitachi, Daikin ou equivalente ou de melhor qualidade.
11. Restrições:
 1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio - SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
 2. Para os itens objeto desta contratação que se enquadram na FTE - Categoria 4 - Indústria Mecânica - Código 4-1, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938, de 1981.
13. Diante da evolução tecnológica do setor de climatização, restou necessária a atualização dos requisitos de fluido refrigerante para admitir o uso do gás R-32 em substituição ou alternativa ao R-410A originalmente previsto no início deste estudo. Tal revisão fundamenta-se na transição da linha de produção dos principais fabricantes nacionais, que atualmente priorizam o R-32 devido à sua maior eficiência energética e menor impacto ambiental -apresentando um Potencial de Aquecimento Global (GWP) aproximadamente 68% inferior ao seu antecessor. A manutenção da exigência exclusiva de R-410A configuraria risco à competitividade do certame, podendo levar ao fracasso da licitação ou à aquisição de equipamentos em vias de descontinuidade tecnológica. Ressalta-se que o R-32 é plenamente compatível com a tecnologia *Inverter* e com as infraestruturas de instalação (serpentinhas de cobre) já exigidas, garantindo a modernização da frota de ativos da Administração com soluções de menor custo operacional e maior sustentabilidade.
14. Adicionalmente, procedeu-se à revisão geral dos parâmetros técnicos pretendidos para aquisição dos aparelhos, com o objetivo de selecionar máquinas duráveis, que tenham baixo custo de manutenção e maior eficiência energética, fato possibilitado pela recente contratação de empresa de manutenção predial, em cujo escopo há a disponibilização de Engenheiro Mecânico residente para prover assessoramento técnico a esta COENG.
15. Serão previstos equipamentos com **potências/capacidades diversas**, quantificadas a partir dos layouts das edificações onde se pretende instalar as novas máquinas:
 1. (M-440744) **12.000 BTU/h;**
 2. (M-440745) **18.000 BTU/h;**
 3. (M-440747) **24.000 BTU/h;** e
 4. (M-448818) **36.000 BTU/h;**

16. Não foram encontrados requisitos de sustentabilidade adicionais para os produtos além das especificações já requeridas para cada item.
1. O fornecedor deverá observar, no que couber, os critérios de margens de preferência em favor dos produtos manufaturados nacionais, conforme legislação específica.
 2. O fornecedor deverá acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagens individuais, com o menor volume possível e que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5. Levantamento de Mercado

1. Para o levantamento de mercado, observou-se contratações similares por outros órgãos em pesquisa no Compras.gov.br (função Pesquisa de Preços), mas não se observou mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de objeto.
2. Adicionalmente, foram analisados os últimos processos de aquisição de aparelhos de ar-condicionado na ABIN.
3. Ademais, não se vislumbra necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.
4. A disponibilidade de potenciais fornecedores no mercado é ampla, conforme observado na grande quantidade de compras realizadas por órgãos públicos e de marcas existentes nos resultados obtidos em consulta ao Painel de Preços e a sítios eletrônicos especializados.

6. Descrição da solução como um todo

A melhor solução para a necessidade identificada consiste na aquisição de aparelhos de ar-condicionado split inverter, sem instalação, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme os seguintes requisitos - detalhamento do objeto:

- a) Tipo/Modelo: **Split Hi Wall** ou **Split Piso-Teto**.
- b) **Tecnologia Inverter**: Equipamentos que contenham dispositivo eletrônico que ajusta a velocidade do compressor de acordo com a temperatura do ambiente.
- c) Gás Refrigerante: Equipamentos que utilizem gás refrigerante **R-410A** ou **R-32** ou similar.
- d) Eficiência energética: Os equipamentos devem possuir **Selo Procel Classe A** ou **Etiqueta Nacional de Classificação Energética - ENCE Classe A**.
- d) Tensão de Alimentação: Equipamentos que funcionem em **220V, monofásico**.
- e) **Serpentina**: Os equipamentos devem possuir serpentinas com tubulação **em cobre** e aletas de alumínio **com tratamento anticorrosivo** (tipo *Blue Fin*, *Golden Fin*, *Black Fin* ou superior), garantindo proteção contra oxidação e maior durabilidade em condições ambientais adversas. O revestimento deve assegurar a integridade do trocador de calor sem comprometer a eficiência da troca térmica do sistema. Não serão aceitos equipamentos com proteção anticorrosiva à base de spray.
- f) Controle: Equipamentos que contenham **controle remoto sem fio**.
- g) Recursos/características adicionais: Os equipamentos devem possuir:
 - Visor de indicação de temperatura na unidade interna (evaporadora);

- Reguladores de velocidade de ventilação;
- Função swing (oscilar);
- Display Digital; e
- Timer.

h) Garantias

- **Geral:** Garantia mínima de **12 meses** para o equipamento.
- **Compressor:** Garantia estendida de **10 anos** para o compressor.

- O produto ofertado pela licitante deve atender a todas as características previstas no Termo de Referência (TR), sob pena de desclassificação da proposta.
 - Junto à proposta comercial, a licitante deverá apresentar folder, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente que detalhe todas as características e especificações do(s) produto(s) ofertado(s).
 - Esta solicitação visa subsidiar a análise técnica e a avaliação da conformidade do(s) produto(s) proposto(s) com os requisitos mínimos exigidos, garantindo a transparência, a economicidade e o cumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme previsto na legislação vigente.
 - A ausência ou o descumprimento desta solicitação poderá acarretar na análise incompleta da proposta e, conseqüentemente, em sua desclassificação, por não atender integralmente às exigências do TR.
- Marcas de referência** - para servir apenas como parâmetro de qualidade e de atendimento aos requisitos essenciais do produto (aplicável a todos os itens do objeto): LG, Philco, Carrier, Elgin, Springer Midea, Gree, Hitachi, Daikin ou equivalente ou de melhor qualidade.
- Serão previstos equipamentos com **potências/capacidades** diversas, quantificadas a partir dos layouts das edificações onde se pretende instalar as novas máquinas:
 - (M-440744) **12.000 BTU/h;**
 - (M-440745) **18.000 BTU/h;**
 - (M-440747) **24.000 BTU/h;**
 - (M-448818) **36.000 BTU/h;**
- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- Tendo em vista que os riscos previstos para a contratação são reduzidos, entende-se que a exigência de garantia de execução não se mostra necessária, dado que poderia reduzir o universo de licitantes possíveis e, conseqüentemente, a competitividade do certame. Além disso, serão previstos dispositivos específicos no TR que determinam uma garantia mínima do produto de 12 (doze) meses, mitigando eventuais riscos de produtos defeituosos.
- As especificações acima são usuais no mercado para os bens pretendidos, tratando-se, dessa forma, de **bens comuns**.
- Certificação de **viabilidade e vantajosidade da solução proposta** (Art. 44, Lei 14.133/21).
 - Em cumprimento ao disposto no Art. 18, § 1º, inciso IV, e no Art. 44 da Lei nº 14.133/2021, esta equipe de planejamento analisou as alternativas de mercado para o atendimento da necessidade de climatização, comparando a aquisição definitiva com a locação de equipamentos. Concluiu-se que a aquisição é o modelo de execução mais vantajoso, com base nos seguintes fundamentos:

1. **Análise de custo benefício a médio e longo prazo:** Diferente de equipamentos de TI (que possuem obsolescência rápida), aparelhos de ar-condicionado possuem uma vida útil estimada entre **8 a 10 anos**, desde que submetidos à manutenção preventiva adequada (PMOC).
2. **Aquisição:** O investimento inicial é amortizado ao longo de vários anos. Após o período de retorno do investimento (payback), o custo para a Administração resume-se apenas à manutenção.
3. **Locação:** As parcelas mensais de aluguel embutem o custo de capital, a depreciação acelerada e o lucro da empresa locadora. Em contratos de longa duração, o montante pago frequentemente supera o valor de compra em menos de 36 meses.
4. **Natureza do bem e continuidade do serviço:** O ar-condicionado é considerado um bem comum de natureza duradoura e de baixa rotatividade tecnológica. Uma vez instalado, a infraestrutura (tubulações de cobre, fiação e drenagem) torna-se parte integrante do imóvel. Na locação, a reversibilidade do serviço ao final do contrato poderia gerar custos adicionais de desinstalação e danos à infraestrutura civil, o que não ocorre na aquisição.
5. **Autonomia na manutenção:** Com a aquisição, a Administração detém a propriedade dos bens e pode gerir a manutenção por meio de contratos próprios de prestação de serviços (PMOC), garantindo o cumprimento das normas da ANVISA de forma direta, sem depender da celeridade de uma locadora para substituição de unidades.
6. **Aspectos patrimoniais:** A aquisição incorpora o bem ao patrimônio da União, aumentando o ativo imobilizado do órgão, ao passo que a locação representa uma despesa corrente contínua sem incremento patrimonial.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. O quantitativo previsto, estimado a partir dos layouts das edificações onde se pretende instalar as novas máquinas é de:

1. **(M-440744)** 12.000 BTU/h - 62 equipamentos para a Sede da Abin;
2. **(M-440745)** 18.000 BTU/h - 12 equipamentos para a Sede da Abin;
3. **(M-440747)** 24.000 BTU/h - 61 equipamentos para a Sede da Abin; e
4. **(M-448818)** 36.000 BTU/h - 27 equipamentos para a Sede da Abin.
5. Total de Equipamentos = **162 equipamentos**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 695.611,86

1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 695.611,86 (seiscentos e noventa e cinco mil seiscentos e onze reais e oitenta e seis centavos), conforme Pesquisa de Preços Nº 2/2026.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Entende-se que parcelar, isto é, subdividir os itens previstos, criando itens adicionais e com menos aparelhos levaria à perda de economia de escala e ocasionaria risco para a Administração, dado que os fornecedores poderiam propor equipamentos de marcas distintas, ocasionando futuras despesas e dificuldades relacionadas às atividades de manutenção.

2. Além disso, cada divisão adicional resultaria em mais um contrato, acarretando excesso de demandas relacionadas às atividades de fiscalização, a serem desenvolvidas nesta Coordenação, em especial devido ao seu baixo efetivo (art. 49 da Lei nº 14.133/2021).
3. Com isso, entende-se que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala, com melhor aproveitamento do mercado e com ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Não foram identificadas outras contratações em andamento e que tratem do mesmo objeto.
 1. A última aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com capacidade de 22.000 a 24.000 BTU/h, para a Sede da ABIN, em Brasília/DF, ocorreu por meio dos Contratos de nº 510/2020 e nº 511/2020, cujos equipamentos foram entregues, restando poucas unidades novas à disposição.
 2. Em 2021, foram adquiridos aparelhos com capacidade de 12.000, 18.000 e 36.000 BTU/h, os quais foram entregues em meados de outubro.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. A contratação encontra-se alinhada ao **Planejamento Estratégico 2022-2026** da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 491/ABIN/GSI/PR, de 24 de dezembro de 2021 e publicada no Boletim de Serviço Sigiloso nº 81, de 27 de dezembro de 2021, por meio do objetivo estratégico 11: "**Promover a alocação de recursos de forma estratégica e efetiva**". Adicionalmente, tal contratação está abrangida pelos macroprocessos de suporte: "**monitorar a manutenção predial**" e "**administrar obras prediais**".
2. Ainda, a contratação pretendida vai ao encontro do **Plano de Gestão de Logística Sustentável** do órgão, pois contribui para a redução do consumo de energia elétrica (item 4.2, página 10 e 11), substituindo equipamentos em idade avançada por novos, mais eficientes e econômicos. Além disso, a substituição de equipamentos antigos proporciona melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho (item 4.5, página 14 e 15), aumentando o conforto dos seus usuários. Por fim, está alinhada também à otimização da manutenção predial (item 4.6.4, página 21), tendo em vista que reduz a periodicidade de manutenções, notadamente nos equipamentos mais antigos, a serem substituídos, aumentando a eficiência da utilização de recursos humanos e materiais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são:
 1. Benefícios diretos: substituição de aparelhos antigos por novos, dotados de maior eficiência energética e de climatização, contribuindo também para a redução de despesas com consumo de energia elétrica.
 2. Benefícios indiretos: conforto térmico e padronização de equipamentos no órgão;
 3. Impactos ambientais positivos: redução do consumo de energia elétrica, utilização de gases sem prejuízos à camada de ozônio, não inflamável e não tóxico;
 4. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: ambientes mais confortáveis para que a atividade fim da Agência seja desenvolvida.

13. Providências a serem Adotadas

1. Apesar de não impedirem a formalização da ata e a aquisição dos equipamentos, a instalação dependerá de atualização das necessidades dos blocos a receberem os novos aparelhos, sobretudo dos blocos L-M, ainda desocupados, com elaboração de layout final para os ambientes e, com isso, dimensionamento e aferição de quantitativos mais precisos dos equipamentos a serem instalados, de acordo com a dimensão das salas, o uso e a ocupação pretendidos.
2. Por fim, é imprescindível que seja feito novo levantamento dos aparelhos obsoletos no órgão, bem como uma lista de prioridades, com vistas a sua adequada substituição pelas novas máquinas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Não identificados efeitos ambientais negativos de considerável relevância na contratação pretendida.
2. Os efeitos positivos são os já expostos em tópicos anteriores deste expediente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

1. Considerando o levantamento de necessidades realizado e a análise das alternativas disponíveis no mercado, esta Equipe de Planejamento da Contratual declara que a aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo Split, mediante o Sistema de Registro de Preços, é TECNICA E ECONOMICAMENTE VIÁVEL.
2. A viabilidade fundamenta-se conforme detalhamento a seguir:
 - **Alinhamento Estratégico:** A contratação está em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) e visa garantir condições térmicas adequadas para o funcionamento de equipamentos sensíveis (servidores) e para o bem-estar de servidores e usuários do serviço público.
 - **Economicidade:** O modelo de Registro de Preços permite uma gestão orçamentária eficiente, em que o desembolso ocorre apenas conforme a necessidade real de instalação, aproveitando a economia de escala da licitação única.
 - **Padrão de Mercado:** Os equipamentos descritos seguem padrões tecnológicos consolidados e de ampla oferta, garantindo competitividade e facilidade de manutenção futura.
3. Eventuais riscos identificados — como atrasos na entrega ou necessidade de adequação elétrica nos prédios — foram devidamente mapeados e possuem medidas mitigadoras previstas no Mapa de Riscos e no Termo de Referência, não impedindo o prosseguimento do certame.
4. Com base no teor deste Estudo Técnico Preliminar e nos documentos complementares, declaramos que a contratação apresenta balanço positivo entre custos e benefícios, estando a Administração apta a prosseguir com a fase externa da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAELL ROCHA LOBATO MIGUEL

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 15:08:29.

FLAVIO SILVA MIRANDA

Presidente da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 15:45:55.